



**1^{AS} JORNADAS DE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO ALGARVE**

RELATO DA CONFERÊNCIA



Julho de 2007

1. Introdução

Este relatório sistematiza as questões discutidas nas 1^{as} Jornadas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Algarve - conferência organizada pela Câmara Municipal de Albufeira nos dias 25 e 26 de Junho de 2007 (Auditório Municipal de Albufeira) -, incidindo sobre os seguintes momentos fundamentais:

- Questões principais abordadas nos discursos de abertura e encerramento;
- Teor das intervenções em tempo de debate;
- Conclusões fundamentais de cada painel (decorrentes das moderações respectivas); e
- Relato da visita técnica programada.

O relato da conferência é apresentado de seguida de forma cronológica, apresentando-se ainda um resumo final das principais conclusões desenvolvidas ao longo da conferência.

2. Relato da conferência

Dia 25 Junho

Sessão de abertura

1º discurso - **José Gracias Fernandes**

Director do Dep. Obras e Serviços Urbanos (C.M. Albufeira)

- Inicia o seu discurso fazendo votos de que a conferência sirva para aclarar conceitos e sensibilizar espíritos, reconhecendo que as questões ambientais são, hoje em dia, questões de ordem ética e moral, para as quais todos devemos contribuir;
- Faz um enquadramento sobre os principais problemas ambientais, destacando o desenvolvimento exponencial demográfico, industrial e dos transportes como principais causadores do estado de degradação actual;
- Aponta o modelo (“primitivo”) de produção energética (baseado maioritariamente na queima de combustíveis fósseis) como o maior factor de resistência ao desenvolvimento de políticas de combate às alterações climáticas;



- Dá exemplos das consequências das alterações climáticas, afirmando que há mais de 5000 anos que a Europa não assistia a fenómenos climáticos extremos desta envergadura;
- Alerta para a urgência em desenvolverem-se políticas de combate, enfatizando a necessidade de todos contribuirmos com acções de boa prática;
- Apresenta a estrutura da conferência, não deixando de agradecer aos Eng^{os} Pedro Coelho e Paula Custódio pela gestão do evento.

2º discurso - **Desidério Jorge da Silva**

Presidente da Câmara Municipal de Albufeira

- Depois de dar as boas-vindas aos participantes, realça o papel fundamental das autarquias ao nível da prevenção, destacando a transversalidade das questões ambientais;
- Menciona a aposta da Câmara Municipal de Albufeira na educação ambiental, realçando a importância da intervenção “no terreno” – sublimando neste contexto o trabalho do Dep. Ambiente da C.M. Albufeira;
- Destaca como áreas de intervenção fundamentais – sobre as quais há ainda “um longo caminho a percorrer” – a recolha e tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), o planeamento urbanístico e a gestão da água;
- Defende a contribuição efectiva de vários actores sociais (associações, cidadãos, etc..) nestes domínios, convidando o Governo a olhar para esta conferência e constatar o papel fundamental das autarquias em matéria de protecção e sensibilização ambientais.

3º discurso – **Campos Correia**

Presidente da CCDR do Algarve

- Lamenta a escassez de público na conferência, justificando o facto pela falta de sensibilização das pessoas para as questões das alterações climáticas, uma vez que os seus efeitos não são ainda imediatamente perceptíveis;
- Salienta a necessidade em arranjam-se soluções a curto prazo, reforçando que “só temos 1 ou 2 gerações” para resolver o problema das alterações climáticas;
- Faz um enquadramento histórico sobre as políticas de sustentabilidade internacionais, realçando o papel exemplar da Europa no desenvolvimento de instrumentos de combate às alterações climáticas e o papel negativo dos Estados Unidos da América nesta matéria;

- Enfatiza o agravamento expectável da situação climática, resultante do desenvolvimento dos países emergentes (como a China e a Índia), e da incerteza relativa a novos alinhamentos geo-políticos, o que só reforça a necessidade de desenvolvimento de um novo paradigma energético (menos dependente dos combustíveis fósseis);
- Salienta que, a nível nacional, instrumentos como o PROT¹ e o QREN² já incorporam este tipo de preocupações ambientais e que, inclusivamente, no Algarve já existe um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS), único no país com implantação regional;
- Identifica como sinal positivo de consciencialização para as questões ambientais o facto do termo “turismo sustentável” ser cada vez mais ventilado pelos vários sectores da sociedade.

4º discurso – **João Guerreiro**

Reitor da Universidade do Algarve

- Define como grande objectivo da conferência alertar para as consequências do padrão de desenvolvimento actual – que concorre para a degradação da qualidade de vida –, e da urgência em inverter essa tendência;
- Salienta o papel de várias organizações mundiais no combate efectivo às alterações climáticas, nomeadamente o contributo que a Organização das Nações Unidas (ONU) tem prestado a esta área;
- Identifica como aspectos fundamentais de combate às alterações climáticas:
 1. O desenvolvimento de conhecimento técnico com aplicações práticas (papel das universidades);
 2. O desenvolvimento pedagógico através de instrumentos de sensibilização;
- Elogia a C.M. Albufeira pela iniciativa, incentivando a acção conjunta entre a Câmara e a UALG em domínios de investigação ligados à gestão dos recursos energéticos, particularmente ao nível do aproveitamento de energias passivas e alternativas.

5º discurso – **Carlos Silva Sousa**

Presidente da Assembleia Municipal

¹ Plano Regional de Ordenamento do Território.

² Quadro de Referência Estratégica Nacional.

- Demonstra preocupação pela falta de interesse das pessoas em matéria de alterações climáticas, justificando a assistência escassa da conferência pelo facto deste tema configurar, para as pessoas, uma questão hipócrita: o causador do estado actual do Ambiente (o homem) quer encontrar soluções sem alterar comportamentos, nomeadamente sem abdicar do seu próprio conforto;
- Alerta para a falta de tempo para resolver os problemas climáticos e para a necessidade de não se cruzarem os braços, combatendo a hipocrisia através da educação, salientando que só um grande movimento de opinião pública mundial pode inverter a tendência de degradação ambiental actual;
- Destaca ainda o potencial do Algarve de aproveitamento de fontes de energia alternativa, nomeadamente a energia solar, e da urgência em optar por este tipo de soluções.

_____ // _____

Painel I – Impactes das Alterações Climáticas

Debata da manhã

Moderação: **José Gracías Fernandes**

Oradores: **Filipe Duarte Santos** (FC-UL)

João Alveirinho Dias (FCMA-UALG)

Elsa Casimiro (FC-UL)

Perguntas e/ou comentários da assistência:

#1. *José Gracías Fernandes* (moderador)

- Que tipo de respostas (mitigadoras) podem ser dadas pelos poderes central e locais, e ao nível individual?

#2. *António Dias* [auto intitula-se “Ambientalista Pragmático”]

- Após contestar as políticas europeias em matéria de alterações climáticas, nomeadamente as políticas “de intenções” dos dirigentes políticos, e da contabilização “viciada” das emissões *per capita* suecas, desdramatiza a contribuição antropogénica



para o efeito de estufa, afirmando que essa contribuição está sobrestimada e que a um ciclo de degelo seguir-se-á (naturalmente) um ciclo de congelamento [sic].

Respostas dos oradores:

#1. *Filipe Duarte Santos*

- Afirma existirem 3 níveis de mitigação fundamentais:
 2. Legislação/regulamentação – a este nível Portugal tem a vantagem de pertencer à União Europeia, nomeadamente através da participação no protocolo de Quioto, podendo, ao nível nacional, impor medidas de controlo adicionais (a Suécia por exemplo impôs um imposto sobre o carbono, tendo já reduzido o seu índice de emissões *per capita* abaixo do português);
 3. Avanços tecnológicos – principalmente ao nível da investigação sobre energias alternativas;
 4. Comportamento individual – papel importante dos grupos de sensibilização da sociedade civil.

#2. *Filipe Duarte Santos*

- Salaria a credibilidade da contabilidade de emissões segundo a convenção quadro da ONU, aconselhando a leitura do relatório do IPCC³ sobre a influência antropogénica (comprovada) nas alterações climáticas.

#2. *João Alveirinho Dias*

- Após intitular-se “um cientista pragmático” afirma que não existem contradições na comunidade científica em matéria de alterações climáticas, salientando que a subida do nível médio das águas do mar é real e que a erosão costeira é essencialmente causada pelo homem, principalmente devido às opções caóticas de ordenamento do território, e à falta de sensibilização dos políticos para estas questões.

#2. *Elsa Casimiro*

- Assevera que os impactes das alterações climáticas já estão a acontecer e que o que é urgente começar a falar é de medidas de adaptação a esses mesmos impactes.

Encerramento do painel – *José Gracias Fernandes*:

³ Intergovernmental Panel for Climate Change.



- Encerra o debate comparando os acontecimentos do século XXI a uma verdadeira caixa de Pandora, com novos problemas decorrentes essencialmente de um crescimento demográfico exponencial.

Painel II – Instrumentos de mitigação e adaptação às Alterações Climáticas à Escala Nacional e Local

1º Debate da tarde

Moderação: **Júlia Seixas** (FCT-UNL)

Oradores: **John Thorp** (WBC)

António Gonçalves Henriques (APA)

Catarina Freitas (CM Almada)

[Nota: Dada a agenda apertada de John Thorp, este orador foi o primeiro a fazer a sua apresentação, após o qual se abriu (excepcionalmente) um período de debate dedicado. O debate relativo às conclusões do painel foi retomado no final das restantes apresentações.]

Perguntas e/ou comentários da assistência:

#1. António Dias

- Qual o esquema de financiamento do projecto de Woking Borough Council e que impactes teve ao nível dos contribuintes municipais?

#2. Júlia Seixas

- No âmbito do projecto de Woking Borough foi fixada alguma meta de eficiência e/ou redução energética?

#3. Isabel Guerra [não mencionou proveniência]

- Estão previstas medidas de implementação de fontes de energia renovável em novos edifícios públicos?

#4. Elsa Casimiro (FC-UL)



- O que se pode esperar da APA em relação a medidas de adaptação?

#5. António Dias

- Destaca o contributo positivo que os poderes locais e regionais podem oferecer em matéria de protecção ambiental, essencialmente por ser possível estabelecerem-se parcerias a esses níveis de governação, mas levanta dúvidas sobre essa possibilidade ao nível nacional, acusando o PNAC⁴ de centrar a sua estratégia num aumento da carga fiscal.

#6. Pedro Coelho

- Porque é que o PNAC não desenvolveu medidas de implementação autárquica, e porque é que o QREN também não prevê apoios nesse sentido?

Respostas dos oradores:

#1. John Thorp

- Assevera que o projecto não acarretou novos impostos para os contribuintes municipais e que os lucros eventuais vão reverter para novos projectos de mitigação das alterações climáticas. Adianta que o projecto foi planeado para ser custo-eficaz, mas numa perspectiva de baixo retorno comercial durante um longo período de investimento – daí o seu sucesso.

#2. John Thorp

- Responde que o projecto prevê uma redução de 60% do consumo energético até 2060.

#3. António Gonçalves Henriques

- Afirma que a APA está a trabalhar com a ADENE⁵ num conjunto de medidas nessa matéria, salientando que já existem normas relativamente a alguns tipos de edifício.

#4. António Gonçalves Henriques

- Destaca o trabalho da Comissão para as Alterações Climáticas (CAC), que envolve vários ministérios, cada um desenvolvendo um conjunto de medidas específicas de mitigação, prevendo-se que, numa 2ª fase, a CAC irá debruçar-se sobre medidas de adaptação.

#5. António Gonçalves Henriques

- Esclarece que as medidas fiscais não têm apenas a ver com o aumento da carga fiscal mas sim com a distribuição de taxas pelos domínios de intervenção (ambientalmente) mais críticos.

⁴ Plano Nacional para as Alterações Climáticas.

⁵ Agência para a Energia.



#6. António Gonçalves Henriques

- Esclarece que as grandes questões energéticas são nacionais (Redes Energéticas Nacionais), e que ao nível dos transportes, a intervenção local é importante mas de implementação complexa. Neste domínio salienta o esforço da APA em promover projectos de colaboração com municípios, mencionando um projecto que a Agência mantém com um grupo de autarquias seleccionadas no desenvolvimento de planos de mobilidade sustentável (em parceria com centros universitários), estando previsto outro projecto semelhante para o desenvolvimento de diagnósticos energéticos em municípios. Reforça ainda a ideia de que a responsabilidade climática é extensível a todo o tipo de organizações, nomeadamente às empresas, dando o exemplo de boa prática da Delta com o seu programa de compensação de emissões.

#6. Catarina Freitas

- Afirma que é crucial não “medir forças” entre os diferentes níveis de decisão política (central *versus* municipal), saudando a existência de um quadro regulamentar nacional que enquadra estrategicamente eventuais iniciativas locais.

Encerramento do painel – *Júlia Seixas*:

- Começa por salientar a necessidade de se clarificarem competências entre os diferentes níveis de decisão, reforçando a ideia de que o PNAC deve actuar ao nível nacional, e que deve ser deixado para as autarquias o envolvimento em questões específicas, nomeadamente ao nível da transferência modal do transporte individual para o transporte colectivo (principalmente nas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto);
- Destaca ainda, na sequência do exemplo de sucesso de Woking Burough, que é possível (e desejável) o desenvolvimento de modelos de negócio (no âmbito das medidas de mitigação às alterações climáticas) rentáveis para as autarquias;
- Encerra o debate lançando a questão sobre a necessidade do Algarve desenvolver medidas de adaptação às alterações climáticas, declarando que existem estudos que comprovam o decréscimo da procura turística com o aumento expectável da ocorrência de fenómenos climáticos extremos, com ênfase particular, no caso do Algarve, para um cenário repetitivo de ondas de calor.

Painel III – Instrumentos de mitigação das Alterações Climáticas no Sector Energético-Transportes

2º Debate da tarde

Moderação: **Júlia Seixas**

Oradores: **Robert Stussi** (APVE)

Fernanda Rosa (INETI)

Tiago Farias (IST)

Perguntas e/ou comentários da assistência:

#1. *Anónimo*

- Quais os impactes negativos derivados da produção de biocombustíveis, nomeadamente os relacionados com a ocupação de vastas áreas com monoculturas?

#2. *António Dias*

- Diz-se produtor (doméstico) de biocombustível (B100), referindo a baixa rentabilidade energética do bioetanol, e alertando para os perigos inerentes à produção de biocombustíveis de 2ª geração, particularmente o HBio (previsto vir a ser produzido na futura refinaria da Galp em Sines).

#3. *Anónimo*

- Questiona Tiago Farias sobre a razão porque omitiu na sua apresentação os casos de sucesso (na área da mobilidade municipal) algarvios.

#4. *José Gracias Fernandes*

- Pergunta a Robert Stussi porque é que as baterias eléctricas não estão mais desenvolvidas? – sugerindo o bloqueio investigacional por parte de *lobbies*. Interroga-se ainda sobre a capacidade dos biocombustíveis reduzirem as emissões de carbono globais, salientando em matéria de boa prática na área dos transportes, a forte adesão aos transportes públicos em Albufeira.

#5. *Anónima*

- Dada a alta rentabilidade das culturas de micro-algas na produção de biocombustível, porque é que não existe maior adesão a este tipo de investimento?

Respostas dos oradores:

#1. *Fernanda Rosa*

- Refere que o aumento expectável da produção de biocombustíveis pode transformar-se num perigo ecológico, por isso deve ser feito de forma sustentável.

#2. *Fernanda Rosa*

- Sustenta que a escolha da Galp pelo HBio tem que ver com as áreas necessárias (imcomportáveis) à produção de matéria-prima para biocombustíveis de 1ª geração. Refere ainda que a aposta (nacional) expectável no bioetanol tem que ver (do seu ponto de vista erradamente) com questões de rentabilidade agrícola (em Portugal o milho é a cultura mais rentável do ponto de vista agrícola).

#3. *Tiago Farias*

- Refere que o Algarve tem projectos muito interessantes nessa área, mas a cargo de outros institutos.

#4. *Robert Stussi*

- Responde salientando que a razão principal para a falta de investigação na área das baterias eléctricas tem que ver com a falta de políticas de incentivo à utilização de veículos eléctricos a nível europeu.

#5. *Fernanda Rosa*

- Responde que a razão principal tem que ver com os custos de investimento elevados.

Encerramento do painel – *Júlia Seixas*:

- Realça a ambição da conferência em pretender atravessar uma vasto leque de domínios de discussão, opção programática que acarreta inevitavelmente virtudes e defeitos, entre os quais a impossibilidade de aprofundar os debates em questões de natureza mais específica;
- Ressalta a necessidade de se começar a pensar em metas de redução muito para além de Quioto, dada a urgência em reduzir as emissões drasticamente, enfatizando os centros urbanos como sectores de actuação nevrálgicos em matéria de alterações climáticas.

Dia 26 Junho

Painel IV – Instrumentos de mitigação das Alterações Climáticas no Sector Energético-Edifícios

Debate da manhã

Moderação: **Maria Teresa de Jesus** (Ordem dos Engenheiros)

Oradores: **Pedro Mateus** (ADENE)

José Luís Torrão (AREAL)

Francisco Ferreira (Quercus)

Filipe Vasconcelos (EDP)

Luís Miguel Nunes (Algar)

Perguntas e/ou comentários da assistência:

#1. António Dias

- Pergunta qual é o acréscimo de custos decorrentes da implementação dos novos instrumentos de certificação energética de edifícios, e se existem incentivos financeiros para iniciativas particulares, não deixando de pôr em causa o retorno dos custos inerentes à aquisição de equipamentos mais eficientes.

#2. Pedro Coelho

- Está previsto que o projecto Eco-Casa seja expandido até o Algarve?

#3. Anónima (Escola Secundária de S. Brás de Alportel)

- Quando se iniciará o projecto Eco-Casa Água? As famílias de S. Brás de Alportel podem-se candidatar?

Respostas dos oradores:

#1. Pedro Mateus

- Refere que não existem financiamentos estatais para iniciativas privadas, o que existe são benefícios fiscais para aquisição de equipamentos mais eficientes. Menciona ainda



que o custo de emissão dos certificados irá ser publicado em portaria, adiantando que o custo dos serviços de auditoria rondará os 250€.

#1. *Francisco Ferreira*

- Contesta o comentário do Sr. António Dias, afirmando que na maioria dos casos as medidas ambientais de eficiência energética são custo-eficaz, com retorno comprovado ao fim de alguns anos.

#2. *Francisco Ferreira*

- Refere que o projecto conta com 225 famílias distribuídas pelas várias regiões climáticas do país, incluindo o Algarve. Indica ainda o desenvolvimento previsto de um projecto subsequente denominado Eco-Casa Água, que também passará pelo Algarve.

#3. *Francisco Ferreira*

- Refere o início previsto para Setembro de 2007, salientando que todas as famílias podem-se candidatar mediante condições que ainda vão ser definidas.

Encerramento do painel – *Maria Teresa de Jesus:*

- Realça a relevância das temáticas desenvolvidas ao longo da manhã, encerrando o painel sem grandes comentários dado o atraso verificado na sessão.

_____ // _____

Sessão de encerramento

1º discurso - **José Gracias Fernandes**

Director do Dep. Obras e Serviços Urbanos (C.M. Albufeira)

- Começa por reforçar o aumento da população mundial como factor principal de degradação ambiental do planeta, dado o paradigma de consumo energético individual que acompanha esse aumento populacional;
- Salienta a necessidade de agir-se tanto ao nível da mitigação como ao nível da adaptação aos impactes das alterações climáticas, reforçando a ideia de que todos devem contribuir – desde as autoridades supra-nacionais aos indivíduos particulares;



- Destaca como áreas de actuação prioritárias a eficiência energética, os transportes, a gestão dos resíduos e a educação ambiental;
- Acentua o contributo da C.M. Albufeira, em colaboração com a AREAL, na análise do sistema de iluminação pública e frotas municipais;
- Ao nível individual, indica como questão essencial, a adopção de um novo padrão de consumo energético e novas práticas de mobilidade;
- No contexto do Algarve, enquanto região eminentemente turística, realça a urgência em implementar medidas de adaptação, dado o aquecimento global e o aumento da frequência das ondas de calor. Ao nível das medidas de adaptação menciona ainda o problema da erosão costeira, dado o agravamento desta situação causado pela subida do nível médio das águas do mar;
- Em jeito de conclusão refere a existência de instrumentos de combate às alterações climáticas, como se pôde constatar ao longo da conferência, exortando à sua aplicação;
- Encerra o discurso salientando a utilidade da conferência, não deixando de louvar, mais uma vez, o trabalho dos Eng^{os} Paula Custódio e Pedro Coelho na sua organização.

2º discurso – **António Gonçalves**

Vereador do Ambiente

- Aponta o Homem enquanto peça central das alterações climáticas, devendo-se apostar na sua qualidade de vida sem hipotecar o futuro do planeta;
- Encerra o seu discurso exortando à participação de todos no combate às alterações climáticas.

————— // —————

Visita Técnica – visita por via marítima ao troço costeiro Vale do Lobo–Carvoeiro

[Nota₁: Dada a perturbação marítima que se fez sentir a caminho do Carvoeiro optou-se por restringir a visita ao troço Vale do Lobo – Praia da Galé]

Oradores/orientadores da visita:

Sebastião Teixeira (CCDR Algarve)

Óscar Ferreira (FCMA-UALG)

[Nota₂: Os comentários dos oradores serão apresentados de seguida cronologicamente, mas de forma indiscriminada, visto o acompanhamento da visita ter sido feito em simultâneo (e consensualmente) pelos 2 oradores]

Comentários de acompanhamento da visita pelos oradores:

Saída da marina de Albufeira – em direcção a Vale do Lobo

- Começam por definir os 2 tipos de arriba da costa do Algarve, identificando um primeiro tipo (rochoso) típico do Barlavento algarvio até Olhos-de-Água, e um segundo tipo (arenoso) situado desde Olhos-de-Água até Vale do Lobo;
- Destacam o empenho do Ministério do Ambiente em requalificar as zonas do litoral, dando alguns exemplos desse esforço;
- Apresentam os princípios de formação das praias em forma de baías (características das praias envolventes às arribas rochosas);
- Vão mostrando ao longo da costa as várias morfologias específicas das arribas rochosas;
- Referem a erosão natural das arribas (arenosas) como fenómeno vital para manter os areais de praia;

À passagem por Vilamoura

- Explicam as consequências negativas da construção dos esporões da marina de Vilamoura, mostrando as evidências de recuo da linha da costa a nascente da marina – com valores de recuo na ordem dos 3 metros por ano desde 1996 (impacte que se vai dissipando à medida que se afasta para nascente);

Em frente a Vale do Lobo

- Evidenciam os impactes descritos anteriormente, reconhecendo Vale do Lobo como o empreendimento mais exposto ao risco de erosão – o areal desta zona tem que ser realimentado periodicamente para travar a erosão costeira agravada pela construção da marina de Vilamoura;
- Destacam os custos elevados destas realimentações de areia (encargo do empreendimento turístico de Vale do Lobo);

Já no sentido poente, ao largo da Praia do Castelo



- Mostram novamente arribas do tipo rochoso, destacando os indícios de desmoronamentos típicos deste tipo de arribas – identificando esta zona como a mais vulnerável do Algarve em matéria de desmoronamentos costeiros;
- Mostram as cavidades ocas típicas das arribas rochosas (chamadas algares), alertando para os perigos decorrentes da construção em solos com estas características litológicas, ao mesmo tempo que evidenciam as inúmeras construções em risco de derrocada;
- Neste contexto referem a vulnerabilidade de Albufeira a este tipo de risco, dado o seu índice elevado de construção sobre solos com estas características;

De regresso a Albufeira

- Comentam sobre a influência das alterações climáticas ao nível da erosão costeira, salientando que a subida do nível médio das águas do mar não vai ter uma influência significativa junto das arribas, mas sim junto das zonas lagunares e areais a descoberto, forçando a inundação e/ou a colmatação desses areais (podendo mesmo contribuir para o desaparecimento de algumas praias);
- Ainda no contexto das alterações climáticas, afirmam não existir dados suficientes que comprovem um aumento da frequência de tempestades no Algarve, não prevendo que esta situação venha a ocorrer de forma significativa.

[Nota₃: A visita à Estação de Valorização Energética de Biogás do Aterro do Barlavento e ao Parque Eólico da Vila do Bispo, previstas no programa da conferência, foram canceladas.]

3. Resumo final

Iniciativa louvada dada a importância do tema para a região do Algarve

Os discursos de abertura evidenciaram uma preocupação comum pela tendência actual de degradação do Ambiente, tendo sobressaído a necessidade do envolvimento de todos os sectores da sociedade no combate às alterações climáticas. A iniciativa da conferência foi louvada por todos os oradores, na medida em que lança um sinal de alerta para a sociedade civil, particularmente sobre a região do Algarve.

Impactes significativos das alterações climáticas para as regiões do Sul da Europa, e necessidade de actuação para os atenuar/combater

As apresentações do 1º Painel incidiram sobre os impactes das alterações climáticas, tendo sido exposta a problemática geral deste fenómeno e os impactes consequentes na subida do nível do mar e no turismo, em particular para a região Sul da Europa. No período de debate evidenciou-se a credibilidade dos dados de diagnóstico climático, tendo-se ainda reflectido sobre os principais níveis de actuação no combate às alterações climáticas (regulamentação, tecnologia e comportamento individual).

Necessidade e oportunidade das autarquias adoptarem um quadro de actuação para tratar o tema das alterações climáticas como objectivo político e operacional

O 2º Painel iniciou a discussão em torno das medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas, nomeadamente sobre os instrumentos de intervenção nacional (PNAC) e municipal, tendo sido apresentadas 2 iniciativas de boa prática local – em Almada e Woking Borough Council (Reino Unido). O debate incidiu sobre os vários níveis de responsabilidade governativa (nacional e municipal), tendo sido consensual a ideia de não se recorrer a uma “medição de forças” supérflua, mas sim estimular as acções conjuntas e complementares. Embora reconhecendo os avanços estratégicos ao nível da mitigação, o debate revelou ainda alguma preocupação pela falta generalizada de estratégias de adaptação aos impactes climáticos, e da urgência da sua implementação, nomeadamente no Algarve.

Os transportes, nas perspectivas tecnológica, dos combustíveis e de soluções de mobilidade, devem merecer a iniciativa das autarquias

O 3º Painel abordou os instrumentos de mitigação na área dos transportes, particularmente os instrumentos de gestão de mobilidade e alternativas de abastecimento energético (baterias eléctricas e biocombustíveis). Nesta sessão o debate recaiu essencialmente sobre os impactes decorrentes do aumento previsível de produção de biocombustíveis, tendo sido lançadas muitas interrogações sobre os benefícios desta opção estratégica. Ao nível da gestão da mobilidade foi consensual a necessidade de desenvolverem-se estratégias de mobilidade orientadas para a criação de alternativas ao transporte individual, nomeadamente através do desenvolvimento de sistemas apelativos de transporte colectivo.

Instrumentos existentes e promoção de iniciativas de combate às alterações climáticas

Já no segundo dia da conferência, o 4º Painel aprofundou as questões de eficiência energética de edifícios, tendo sido apresentados os novos instrumentos previstos para o sector, nomeadamente o sistema de certificação energética implementada em Portugal a partir de dia 1 de Julho. No mesmo enquadramento foram ainda apresentados projectos de boa prática ao nível da promoção da eficiência energética, designadamente a carta energética de Albufeira – a cargo da AREAL –, o projecto Eco-Casa da Quercus, e o projecto de eficiência energética para as escolas da EDP. O debate incidiu sobre os custos adicionais decorrentes da certificação energética e da implementação de equipamentos mais eficientes, concluindo-se que, de uma maneira geral, as medidas de eficiência energética são custo-eficazes.

Sucesso da Conferência. Principais conclusões:

#1 Urgência em implementar medidas de adaptação no Algarve para fazer face aos impactes das alterações climáticas;

#2 Reconhecimento dos vários níveis de actuação sobre medidas de redução de emissões de gases com efeito de estufa – novo desafio para o nível autárquico

A sessão de encerramento revelou a satisfação dos oradores com os resultados da conferência, tendo sido destacada a necessidade de se evoluir para um novo padrão de consumo energético e para práticas de mobilidade mais sustentáveis. Reforçou-se ainda a necessidade de se implementarem medidas de mitigação dos impactes das alterações climáticas, evidenciando as responsabilidades colectivas nesta matéria (desde as autoridades



supra-nacionais ao cidadão comum). No contexto do Algarve, foi ainda dado o alerta para a urgência em implementarem-se medidas de adaptação, dada a previsível vulnerabilidade da região ao aquecimento global, ao aumento da frequência de ondas de calor e ao agravamento da erosão costeira causado pela subida prevista do nível médio das águas do mar.

Visita marítima: constatação da vulnerabilidade do Algarve aos efeitos potenciados pelas alterações climáticas

Por fim, a visita marítima programada para observar as características da linha costeira algarvia, serviu para evidenciar a vulnerabilidade a que está sujeita esta zona do litoral – essencialmente devido à pressão urbanística associada –, e para a necessidade de se intervir ao nível do ordenamento do território, de modo a diminuir o risco das populações, entretanto agravado pelo aumento expectável da erosão costeira.